



Extrativismo e neoextrativismo latino-americano: da crítica à condição primário-exportadora à busca por alternativas

Latin American extractivism and neoextractivism: from the critique of the primary-exporting condition to the search for alternatives

Heitor Ponce Dellasta¹

Renata Bianconi²

RESUMO: Este artigo propõe uma discussão sobre a condição primário-exportadora latino-americana, sua evolução e atualização, com ênfase no conceito de extrativismo e em sua crítica. Parte de discussões sobre a conformação histórica da América Latina como uma região primário-exportadora e a busca de superação dessa condição por meio da industrialização no século XX. Discute, na sequência, o revigoramento do extrativismo na região no âmbito da expansão da exportação de commodities no início do século XXI, destacando os impactos desse modelo de desenvolvimento sobre as sociedades locais e a Natureza. As transições pós-extrativistas são apresentadas pelo viés de múltiplos caminhos oriundos de ações e reflexões dos movimentos populares. Conclui-se que o conceito de extrativismo deve ser lido como essencial para abarcar questões centrais do cenário latino-americano contemporâneo: desenvolvimento e meio ambiente.

Palavras-chave: Subdesenvolvimento. Ecologia política. América Latina.

ABSTRACT: This paper discusses the Latin American primary-exporting condition, its evolution and updating, emphasizing the concept of extractivism and its critique. First, it argues about the historical conformation of Latin America as a primary-exporting region and the attempts to overcome this condition by industrialization in the 20th century. Secondly, it discusses the renewal of extractivism stimulated by the expansion of commodity exports at the beginning of the 21st century. It highlights the impacts of this development model on local societies and Nature. Thirdly, it indicates post-extractivism transitions as

¹ Mestrando em Política Científica e Tecnológica pelo Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT) do Instituto de Geociências (IG) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Email: heitordellasta@gmail.com

² Doutora em Histoire Moderne et Contemporaine - Université Paris-Sorbonne (2014). Realizou Pós-Doutorado no Instituto de Economia da Unicamp (2015-2018). Pesquisadora colaboradora e docente credenciada (colaboradora) no programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Unicamp. Email: renatab@rocketmail.com



multiple paths of actions and reflections of popular movements. In conclusion, extractivism is considered essential to the understanding of central issues of the contemporary Latin American reality: development and natural resources.

Keywords: Underdevelopment. Political ecology. Latin America

1. Introdução

As oportunidades e os desafios colocados aos países subdesenvolvidos dotados de abundantes recursos naturais exportáveis, especialmente não renováveis, têm sido estudados desde a década de 1950 (FURTADO, [1957] 2008). Mais recentemente, elaborações acerca da “maldição da abundância” têm aberto novas vias de discussão, centradas em aspectos ecológicos e na denúncia da perpetuação da dependência externa decorrente da exploração e exportação de recursos naturais (ACOSTA, 2009).

Do ponto de vista histórico-estrutural, o pensamento desenvolvido no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) forneceu uma versão regional da economia do desenvolvimento adaptada às especificidades estruturais do subcontinente latino-americano. A crítica inicial do estruturalismo é direcionada às teorias econômicas clássicas que se baseiam na premissa de que o comércio internacional pode ser mutuamente benéfico quando cada país se especializa em suas atividades com maior vantagem comparativa. Nesse esquema, à luz da divisão internacional do trabalho, à América Latina, como parte “da periferia do sistema econômico mundial, correspondia o papel de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais” (PREBISCH, [1949] 2011, p. 95). Os conceitos de centro e periferia são utilizados para descrever o processo de difusão do progresso técnico em escala mundial, entendendo-se que os dois polos do sistema tendem a se distanciar “crescentemente em termos de estágio de desenvolvimento” (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 16; RODRIGUEZ, 1981, 2009).

Propondo uma segunda aproximação histórica, o extrativismo é interpretado como “uma modalidade de acumulação que começou a ser forjada em grande escala há quinhentos anos [...] determinada pelas demandas das metrópoles – os centros do



capitalismo nascente” (ACOSTA, 2016b, p. 49).³ O extrativismo apresenta-se tanto pela apropriação e exploração das matérias-primas, indispensáveis para garantir o desenvolvimento e o bem-estar dos centros industriais, quanto como uma opção constante na vida econômica, social e política da dita periferia. Considera-se a opção da exploração dos recursos naturais como sendo essencial para garantir a geração de recursos e divisas funcionais para um projeto de modernização. Sendo assim, “com diversos graus de intensidade, todos os países da América Latina estão atravessados por essas práticas extrativistas” (ACOSTA, 2016b, p.51; GUDYNAS, 2009, 2012).

Do ponto de vista político, as discussões teóricas e as experiências empíricas apontam que os modelos de desenvolvimento latino-americanos orientados a partir do extrativismo são economicamente assimétricos, socialmente injustos e ambientalmente insustentáveis. Porém, na virada para o século XXI, a orientação extrativista voltou a aparecer no debate político-acadêmico a partir da vitória de governos ditos progressistas. Para autores como Gudynas (2009, 2012), Svampa (2016) e Santos (2018), os governos eleitos conformaram uma “onda progressista” na região sul-americana⁴. Para garantir sua tarefa de implementação de políticas públicas e transformação do Estado, orientadas para melhores condições de vida para os setores mais vulneráveis da sociedade, esses governos se apoiaram no crescimento da economia chinesa e no *boom* de *commodities*, incentivando inúmeros empreendimentos extrativistas com elevada participação estatal, como forma de sustentação de seus projetos de desenvolvimento supostamente nacionais.

Para Svampa (2013) e Gudynas (2013), uma das consequências do novo extrativismo é a explosão de conflitos socioambientais, visíveis nas reivindicações

3 Vale ressaltar que o termo “extrativismo”, como utilizado pelos autores aqui trabalhados, difere da acepção usualmente empregada no Brasil, “associada ao convívio equilibrado do homem e seu meio”, mas refere-se à “extração desenfreada de recursos naturais, sem preocupação com a sustentabilidade”. Trata-se, portanto, de uma “perspectiva crítica em relação à instrumentalização da Natureza”, que problematiza “os impactos negativos de uma relação predatória com o meio ambiente, da inserção subordinada no mercado internacional, da financeirização das questões ambientais, das violações decorrentes de megaempreendimentos”. Cf. Dilger e Pereira Filho (2016, p. 19-20).

4 Essa expressão alude à vitória e ascensão de governantes identificados com uma ideologia “de esquerda”. São eles: Hugo Chávez, na Venezuela; Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, no Brasil; Néstor e Cristina Kirchner, na Argentina; Tabaré Vasquez e José Mujica, no Uruguai; Evo Morales, na Bolívia; Fernando Lugo, no Paraguai; e Rafael Correa, no Equador.



territoriais de movimentos populares, indígenas, camponeses e ambientalistas em defesa da Natureza⁵. Os conflitos socioambientais contemporâneos expressam um descontentamento popular com relação ao atual modelo extrativista, contrariando uma visão estritamente economicista da relação entre sociedade e Natureza; devem ser entendidos enquanto conflitos distributivos, produtos das desigualdades e contradições do modelo de desenvolvimento econômico que conforma distintas realidades no que diz respeito a uma disputa sobre o que se entende por desenvolvimento e progresso. Em razão disso, a análise dos conflitos socioambientais à luz da ecologia política é uma janela privilegiada para abarcar duas questões centrais do cenário recente: o desenvolvimento e o meio ambiente (MARTÍNEZ ALIER, 2013, 2015).

Este artigo propõe uma discussão sobre a condição primário-exportadora latino-americana, sua evolução e atualização no período recente, com ênfase no conceito de extrativismo e em sua crítica.⁶ Além desta introdução e de breves considerações finais, o trabalho está estruturado em três seções. A segunda seção recupera discussões sobre a conformação da América Latina como uma região exportadora de produtos primários e a busca pela superação dessa condição por meio da industrialização no século XX. Na terceira seção são abordadas as implicações da atualização do extrativismo na região no âmbito da expansão da exportação de *commodities* no início do século XXI. Colocando em destaque os impactos do modelo extrativista de desenvolvimento sobre o meio ambiente e as comunidades locais, a quarta seção apresenta discussões em curso na América latina sobre as possíveis transições ao pós-extrativismo, com ênfase no conceito de giro ecoterritorial, entendido como as múltiplas respostas oriundas de movimentos populares, locais e ambientalistas na luta contra empreendimentos extrativistas e em

5 Uma extensa literatura vem relacionando o avanço do neoextrativismo, os megaempreendimentos e conflitos socioambientais. No Brasil, a UHE de Belo Monte é, sem dúvida, o caso mais emblemático. Porém, como nosso intuito não é pormenorizar estudos de casos, indicamos que mais detalhes sobre múltiplos casos foram reunidos por Delgado (2013), Gudynas (2009, 2013) e Martínez Alier (2013) que apresentam uma ampla lista de empreendimentos envolvendo conflitos socioambientais para o subcontinente latino-americano.

6 São singulares as realidades contemporâneas dos países latino-americanos, bem como suas experiências históricas, culturas e estruturas sociais, políticas e econômicas. No entanto, no âmbito deste trabalho, não abordaremos as particularidades históricas de cada país, tampouco analisaremos individualmente os governos “progressistas” a que se faz referência na abordagem do neoextrativismo no século XXI.



defesa de novos modelos organizacionais mais harmônicos com a Natureza.

2. A busca pela superação da condição primário-exportadora na América Latina

A matriz institucional que ordena a vida social latino-americana “tem raízes profundas em nossa história e na história dos povos que conquistaram e colonizaram esta parte da América. Nossos sistemas de cultura emergem de um duplo processo de conquista e colonização” (FURTADO, 1976, p. 127). Duas “falácias fundamentais” estariam na base desse processo: a crença na inferioridade cultural e tecnológica dos povos submetidos, que justificaria a eliminação dos sistemas preexistentes, e a ideia de infinitude dos recursos que poderiam ser extraídos do novo continente (GLIGO; MORELLO, 1980). O processo de deterioração dos ecossistemas da região não se teria limitado às áreas de exploração agrícola em larga escala para exportação, mas teria marcado esses territórios desde a conquista ibérica, com a instalação de sistemas de exploração que estabelecem um novo tipo de relação com o meio ambiente, diverso do sistema de cultura preexistente. A conquista teria, portanto, representado um violento distúrbio nas sociedades e biomas latino-americanos, com a destruição de atividades ecologicamente ajustadas e de recursos culturais, desintegração social etc. (GLIGO; MORELLO, 1980). De modo similar, entendendo o empreendimento colonial como desagregador de ecossistemas, culturas e unidades socioterritoriais preexistentes, Machado Aráoz analisa-o como parte integrante de uma “ordem extrativista” que, ao avançar, delimitava uma zona de “pilhagem” e outra de “acumulação”, inter-relacionadas pela “prática econômico-política e cultural” do extrativismo:

Extractivismo es ese patrón de relacionamiento instituido como pilar estructural del mundo moderno, como base fundamental de la geografía y la “civilización” del capital, pues el capitalismo nace de y se expande con y a través del extractivismo. Éste resume y sintetiza la lógica práctica del capital, en cuanto sistema histórico-geográfico expresamente concebido como orden colonial mundial. [...] El extractivismo instituye la separación entre las metrópolis y sus satélites; establece el centro y sus periferias; delinea la geografía de la extracción, como geografía subordinada, dependiente, proveedora, estructurada por y para el abastecimiento de la geografía del centro, la del consumo y la acumulación. (MACHADO ARÁOZ, 2015b, p. 15, itálicos do autor).

O colonialismo moderno teria, portanto, nos termos da crítica ao “extrativismo”,



produzido ao mesmo tempo o desenvolvimento nos centros (onde se concentram os meios de poder e consumo) e o subdesenvolvimento nas periferias (onde ocorre superexploração de recursos geofísicos e humanos). Se essa análise guarda semelhanças com as análises pioneiras desenvolvidas no âmbito da CEPAL, sua ênfase recai, no entanto, sobre a instrumentalização da natureza. Salienta-se, entre outros elementos, o “imperialismo ecológico” que, como padrão de organização territorial do capital em escala global, embasaria a hegemonia do Ocidente. As ideias de imperialismo ecológico e de hegemonia política e cultural do Ocidente são alguns dos componentes da abordagem crítica do extrativismo, que também enfatiza a importância da dominação exercida por oligarquias ou elites nacionais no âmbito das sociedades pós-coloniais. Trata-se sobretudo de destacar a permanência de economias de caráter extrativista nos novos Estados nacionais, cujos setores dominantes conservariam posições de poder, padrões culturais etc. dependentes dos padrões de exploração socioterritoriais precedentes (MACHADO ARÁOZ, 2015b). As condições para a continuidade do modelo de crescimento dependente, assentado sobre o setor primário-exportador, seriam garantidas pela ação dos novos Estados nacionais, no âmbito dos quais consolidaram-se os interesses oligárquicos e desenvolveram-se outras atividades econômicas relacionadas ao setor primário-exportador.

No âmbito das lutas de independência e do processo de formação dos Estados nacionais, no início do século XIX, o poder teria tendido a se deslocar nos países latino-americanos para a classe dos proprietários de terras que, no entanto, não representariam um grupo interdependente. Burguesias urbanas também estariam presentes nesse processo, mantendo contatos com o exterior e explorando possibilidades de expansão do comércio internacional. Dessa forma, a expansão ou a abertura de linhas de exportação tanto operariam no sentido de consolidar os grupos urbanos quanto de integrá-los com os interesses rurais, “criando-se condições para a estruturação de um efetivo sistema de poder” (FURTADO, [1969] 2007, p. 78-79). Nas primeiras décadas que se seguiram às guerras de independência, entretanto, poucos produtos latino-americanos teriam encontrado condições favoráveis no mercado internacional, considerando-se a queda de preços dos produtos tropicais após as guerras napoleônicas e a impossibilidade de inserção competitiva no dinâmico mercado do algodão (demandado pela indústria têxtil



inglesa) dada a preeminência da produção do sul dos Estados Unidos. Essas dificuldades para a abertura de linhas de exportação teriam, na maior parte dos países latino-americanos, inviabilizado a organização de sistemas de poder estáveis com a participação dos grupos urbanos que lideraram as lutas de independência. No caso do Brasil, a produção cafeeira, a partir da década de 1840, teria colocado as bases para a conformação de uma nova estrutura de poder, consolidando-se, por meio dessa atividade agroexportadora, interesses agrários e mercantis na fase de formação do Estado brasileiro (FURTADO, [1969] 2007; 1959).

No período que se estende dos movimentos de independência latino-americanos à inserção desses países no sistema de divisão internacional do trabalho nas últimas décadas do século XIX, o latifundismo teria ascendido nas estruturas de poder e teriam sido criados vínculos financeiros com o exterior, que definiriam “o destino subsequente dos países latino-americanos como economias especializadas na exploração de uns poucos produtos primários e estruturalmente dependentes” (FURTADO, 1976, p. 128). Essa vinculação com o exterior facilitaria aos proprietários de terras tanto a participação nos mercados externos quanto a obtenção de recursos financeiros; ademais, viabilizaria o acesso do Estado aos mercados internacionais de capital, essencial para a constituição da infraestrutura necessária à própria expansão das atividades econômicas e, em especial, das atividades exportadoras (SUNKEL; PAZ, 1970).

Não obstante os interesses que predominam no período das independências diferirem conforme os países da região, serão os “interesses latifundistas que determinarão a forma como os países latino-americanos se inserirão no processo de transformação econômica que ocorre em escala mundial durante o século [XIX]” (FURTADO, 1976, p. 129). O esforço fundamental dos novos Estados nacionais latino-americanos (até a crise dos anos 1930) teria sido notadamente no sentido de sua inserção no comércio internacional por meio da oferta de seus recursos naturais. O dinamismo dos setores mais modernos dessas economias conservava-se, assim, na dependência dos movimentos do mercado internacional de produtos primários (GLIGO; MORELLO, 1980; SUNKEL; PAZ, 1970). Trata-se, no entanto, de um período decisivo na evolução do capitalismo industrial, em que se conformam diferentes estruturas econômicas:



enquanto alguns países reagem ao sistema de divisão internacional do trabalho que se estabelecia sob predomínio inglês, outros integram-se a ele seguindo a doutrina das vantagens comparativas, como exportadores de produtos primários. É nesse momento, precisa Furtado, “que se estabelecerá a linha demarcatória entre o que viríamos a chamar economias desenvolvidas e subdesenvolvidas”. E o autor prossegue, afirmando que a América Latina não havia apenas acumulado, nas últimas décadas do século XIX, um “atraso econômico relativo”, mas, ao ter-se engajado num desenvolvimento econômico “orientado de forma determinante para a busca de vantagens relativas no comércio internacional e/ou para a exploração de recursos não renováveis”, havia renunciado “em larga medida, à autonomia de decisões” (FURTADO, 1976, p. 129 e 130).

A penetração, nos países periféricos, de novas atividades nas quais se incorporavam as transformações características da Revolução Industrial (intensificação do processo de acumulação e elevação da produtividade) esteve ligada à existência de um setor exportador especializado e capaz de gerar substanciais excedentes econômicos. A especialização na exportação de produtos primários, ao promover elevação da produtividade e do nível de renda (mesmo que concentrada em certos grupos sociais, atividades e regiões), provocava modificações no perfil da demanda no sentido de sua diversificação e do crescimento da demanda de produtos manufaturados. Na medida em que os recursos obtidos no setor exportador permitiam a essas economias financiar a importação de bens manufaturados de consumo e de capital, encontravam-se limitados os estímulos aos setores industriais internos (SUNKEL; PAZ, 1970).

Na América Latina teria prevalecido, portanto, “um pseudo-desenvolvimento” (FURTADO, 1976, p. 130), apoiado na especialização internacional e que se beneficia do uso extensivo de recursos naturais e mão de obra. Os incrementos de renda decorrentes da especialização internacional teriam favorecido processos de “modernização”, que correspondem, na acepção de Furtado (1974, 1976), à difusão de formas de consumo que incorporam o progresso técnico, sem que este penetre correspondentemente no sistema de produção. Situação viabilizada, portanto, de um lado pela ampla utilização de recursos não reprodutíveis em certos países e, de outro, pela existência de países importadores de produtos primários, nos quais se desenvolviam as forças produtivas (desenvolvimento do



qual a periferia se beneficiava indiretamente). Trata-se de uma assimetria entre a acumulação diretamente ligada ao processo produtivo e a acumulação implícita nos bens consumidos e nos estilos de vida adotados. Como explica Furtado:

Somos na verdade os pioneiros da civilização do consumo, ainda que esse consumo exacerbado se realize entre nós em detrimento da satisfação das necessidades básicas da maioria da população. [...] A modernização, particularmente sob a forma de urbanização, tem sido entre nós um concorrente implacável do desenvolvimento das forças produtivas. É fato de observação corrente que a industrialização entre nós tem estado mais a serviço da modernização do que da solução dos problemas básicos das coletividades. (FURTADO, 1976, p. 130 e 131).

Furtado destaca, ademais, uma evolução inversa entre a estrutura produtiva e o perfil da demanda nos países especializados na exportação de produtos primários: “Observando o processo em seu conjunto, constata-se que a elevação de produtividade é acompanhada de uma simplificação na estrutura da oferta de origem interna e de diversificação na composição da demanda global” (FURTADO, [1969] 2007, p. 174). Esse processo de elevação da produtividade e da renda estaria na origem da formação de um núcleo de mercado interno para produtos manufaturados e do processo de industrialização em países latino-americanos (indústrias que, em muitos casos, teriam que concorrer com os produtos importados que inicialmente atendiam o mercado).

As atividades industriais teriam surgido nas economias latino-americanas ainda no decorrer de seu processo de inserção na divisão internacional do trabalho ou de “desenvolvimento para fora”, seja em concorrência com produções artesanais (diretamente ligadas ao mercado local), seja como prolongamento da expansão do comércio exterior (processamento de alimentos e minerais para exportação). No caso das indústrias diretamente vinculadas às exportações, seu dinamismo (e efeito multiplicador de emprego e renda) acompanhava os movimentos cíclicos da demanda externa. Outro tipo de indústrias, complementares das importações (indústria de montagem ou atividades que permitiam agregar valor a produtos importados), operavam como mecanismos estabilizadores do nível da atividade econômica, atenuando a vulnerabilidade externa das economias periféricas ao procurarem reduzir ou substituir a importação de insumos (para manutenção do nível de faturamento) diante de uma situação de escassez de divisas. Apesar dessas peculiaridades em seu funcionamento, trata-se de indústrias integradas



com o comércio exterior, de modo que, nos países periféricos, a industrialização teria ocorrido sob controle dos grupos ligados às exportações e às importações, restando papel auxiliar ao grupo diretamente ligado ao mercado local. Furtado (1976, p. 133) salienta “a preeminência do latifundismo nos sistemas de poder” em sua explicação do caráter por longo período adaptativo do processo de industrialização “às contingências do setor externo, vale dizer, um processo de acomodação às condições criadas pela dependência”.

A forma de industrialização induzida pela exportação de produtos primários não teria viabilizado a “criação de um sistema econômico autônomo”, ou seja, essas indústrias não conformaram um sistema industrial “capaz de engendrar autonomamente seu crescimento” (FURTADO, 2008, p. 90 e 92). Como prolongamento da economia de exportação, essa forma de industrialização tendia a se esgotar, dadas suas limitações intrínsecas: era pouco absorvedora de mão de obra e o excedente gerado por ganhos de produtividade do trabalho (considerando-se salários estáveis) podia ser apropriado no exterior, no caso de indústrias controladas por grupos estrangeiros. Limitações também atingiam as atividades ligadas às importações, na medida em que eram vinculadas a grupos estrangeiros e sua expansão era dependente da capacidade para importar. Quanto às indústrias leves (de fácil substituição), a expansão era rápida enquanto ocupavam o espaço da produção artesanal local, sendo limitadas suas possibilidades posteriores de crescimento, que dependiam do crescimento do mercado local. Furtado (2008, p. 92) sintetiza a questão: “Enquanto a atividade industrial esteve ligada às exportações e importações, de um lado, e de outro ao setor do mercado interno que menos se diversificava, a verdadeira industrialização não chegou a iniciar-se”.

A evolução para um estágio mais avançado de industrialização apenas ocorreria a partir da crise do setor exportador. Com as transformações nas relações entre centro e periferia decorrentes das guerras mundiais e da depressão dos anos 1930 (e as instabilidades no comércio internacional) seria rompido o “equilíbrio” vigente que limitava as possibilidades de expansão da indústria nacional, incapaz de concorrer com as importações. Restringiam-se, então, as divisas disponíveis à importação de produtos manufaturados, em período marcado por políticas intervencionistas nos países latino-americanos visando a manutenção da renda e do emprego. As dificuldades de balanço de



pagamentos teriam, assim, fornecido proteção ao processo de substituição de importações (SUNKEL; PAZ, 1970; FURTADO, [1969] 2007, 2008).

O processo de industrialização por substituição de importações estimulado pela crise internacional promoveria a transformação das estruturas produtivas dos países latino-americanos; sua intensidade dependeria tanto do grau de desenvolvimento industrial anterior (especialmente em indústrias ligadas à importação ou voltadas ao mercado local) quanto da disponibilidade interna de matérias-primas e alimentos, bem como da dimensão de seus mercados consumidores. Furtado observa que, se a industrialização se acelerou “em condição de crise, é evidente que as condições do período anterior de prosperidade haviam freado essa industrialização”. Com o atraso no processo de industrialização, atrasava-se a penetração do progresso técnico: “esses países estavam acumulando subdesenvolvimento” (FURTADO, 2008, p. 95).

Resumidamente, o processo de substituição de importações inicia-se pelas indústrias leves, com poucas exigências tecnológicas, atendendo a uma demanda pouco diversificada e concorrendo com as importações. A expansão dessa produção, ao acarretar ampliação da demanda por importações, estimularia a extensão do processo de substituição a outras atividades industriais, com necessidade de acesso a um fluxo de tecnologia controlado por firmas com atuação em escala internacional. Diante das dificuldades cambiais, os grupos estrangeiros, que dispunham de tecnologia e equipamentos já amortizados, procurariam estabelecer filiais para consolidar posições nos mercados periféricos que anteriormente abasteciam por meio de exportações. A industrialização por substituição de importações evoluiria, então, sob crescente controle de empresas estrangeiras, no quadro de mercados estreitos e operando a custos elevados. Assim, apesar de promover uma integração crescente das atividades industriais internas, esse processo engendraria um sistema industrial dependente do exterior, dadas as condições de acesso à tecnologia moderna. Ademais, a forte presença de filiais de empresas estrangeiras não teria promovido maior competitividade internacional das



indústrias periféricas ou a diversificação da pauta de exportações desses países.⁷

O controle externo sobre as decisões relativas à orientação do processo de industrialização em países periféricos, com a crescente presença de filiais de empresas estrangeiras, tornaria perceptíveis os limites da industrialização periférica para a superação do subdesenvolvimento. Seriam amplamente estudados os problemas decorrentes da introdução de padrões de consumo característicos de economias altamente industrializadas, em renovação permanente, em países periféricos, nos quais sua reprodução apoiava-se na concentração de renda. Soma-se a isso a evolução do processo de industrialização no sentido da exploração de mão de obra e de recursos naturais – especialmente não reprodutíveis ou limitados – baratos. Mantendo-se as tendências ao uso do excedente social na periferia para a diversificação de padrões de consumo, e o controle dos países centrais sobre recursos nobres como a técnica e o capital, perpetuar-se-iam a dependência e o subdesenvolvimento (FURTADO, 1974, 1978, 2008; PREBISCH, 1981).

A ideologia desenvolvimentista fora o pilar da luta pela superação da dependência externa e do subdesenvolvimento latino-americanos no século XX, marcadamente ligados à condição primário-exportadora da região. Como via de acesso aos benefícios do progresso técnico ao conjunto da população, a industrialização seria imperativa para o desenvolvimento nacional. Contudo, com o avanço do processo de industrialização, a dependência ganharia novos contornos, frustrando-se as expectativas de eliminação da heterogeneidade econômica e social e de concretização de um verdadeiro desenvolvimento socioeconômico. O esgotamento do processo de industrialização por substituição de importações, a crise da dívida dos anos 1980 e os subsequentes processos de ajustamento nas economias periféricas marcariam a emergência de novos “consensos” sobre a problemática do desenvolvimento, ganhando destaque também novas abordagens críticas sobre os rumos do “desenvolvimento” latino-americano.

⁷ Para as discussões sobre os limites da industrialização por substituição de importações, cf. Furtado (1966, [1969] 2007); para uma discussão dos impasses do desenvolvimento latino-americano na obra de Furtado, ver Bianconi (2016).



3. A onda progressista e a atualização do extrativismo no século XXI

No início deste novo século, a ascensão de inúmeros governos latino-americanos ditos progressistas foi recebida com entusiasmo por variados arranjos institucionais, sejam político-partidários, acadêmico-intelectuais ou distintos movimentos populares. Muitos dos quais viam na ascensão desses governantes a esperança de uma atuação conjunta de inserção competitiva no mercado internacional e resposta às questões sociais. O que ficou conhecido como “onda progressista”, marcou o início de um novo momento que prometia deixar para trás um longo ciclo de neoliberalismo, vigente entre 1980-90, de ajustes, privatizações e redução do papel do Estado na economia e na sociedade, assim como, corrigir os notórios desajustes de estratégias desenvolvimentistas anteriores (GUDYNAS, 2009, 2012, 2013; SVAMPA, 2013, 2016, 2019; SANTOS, 2018). Fazendo jus a essa pretensão, a quase totalidade dos países da América Latina passaram por um processo de desenvolvimento com recuperação do crescimento econômico, inserção de setores populares no mercado de consumo e redução dos índices de pobreza.

Contudo, após o auge e declínio dos governos que se autointitulam “de esquerda”, uma ampla literatura recente destaca que foi apenas pela renovação do dinamismo primário-exportador que se tornou economicamente e politicamente viável esse cenário. Como destacam Gudynas (2012), Machado Aráoz (2013, 2015a) e Svampa (2013, 2019) esse dinamismo econômico somente ocorreu devido a uma atualização do extrativismo, inserido no contexto internacional que ficou conhecido como *boom* das *commodities*, decorrente do acelerado e intensivo crescimento da economia chinesa, que acarretou uma crescente demanda por matérias primas, em sua maioria atendida pela América Latina. Para Gudynas (2012, p. 134), se no passado os governos latino-americanos “de esquerda” criticavam duramente as economias primário-exportadoras, no cenário recente, as defendem “*como un componente indispensable para el desarrollo y el combate contra la pobreza*”.

Para Svampa (2013, 2019), ainda que a exploração e a exportação de bens naturais não sejam atividades novas no subcontinente latino-americano, no início do século XXI é notória a intensificação e expansão de megaempreendimentos que visam garantir maior controle, apropriação, extração e exportação de matérias primas de baixo valor agregado.



Em especial, pode-se ressaltar o acelerado e intenso crescimento da economia chinesa, que assume, em 2013, o primeiro destino das exportações de países como Brasil e Chile, e o segundo destino de Argentina, Colômbia, Uruguai e Venezuela (CEPAL, 2015). Diante disso, Svampa (2013, p. 31) vai denominar o “*Consenso de los Commodities*” como a ideia da entrada em uma nova ordem, econômica e política-ideológica, “*lo cual genera indudables ventajas comparativas visibles en crecimiento económico [...] al tiempo que produce nuevas asimetrías y profundas desigualdades en las sociedades latino-americanas*”.

De forma similar, Machado Aráoz (2013, p. 129) aponta o “*Consenso de Beijng*” como a ideia de que o único caminho para se atingir o desenvolvimento latino-americano era o aprofundamento de suas relações com a China. Assim, os países latino-americanos não só retomaram sua posição primário-exportadora, como também voltaram a aceitar e a reforçar “*un modelo económica y políticamente centrado en la exportación de Naturaleza como motor del crecimiento económico*”. Segundo ele, foi a partir desse cenário que os governos ditos progressistas criaram um circuito virtuoso: de um lado, a possibilidade de melhorar as condições de vida material da população estava atrelada à necessidade de expansão da matriz primário-exportadora; de outro lado, a sustentação desse crescimento econômico tornou-se condição essencial para garantir o financiamento do gasto público e a preservação de suas bases eleitorais. Para Moreno (2015, p. 26), a China é vista como fator determinante para se entender múltiplos aspectos da economia e da conjuntura latino-americanas no cenário recente. Segundo ela, as crescentes demandas chinesas por recursos naturais contribuíram para a manutenção dos preços internacionais elevados, “o que trouxe [...] oportunidades de exportação e ingressos massivos de divisas com base na intensificação do extrativismo”. Dito isso, podemos precisar que nossa argumentação não aponta para a existência de uma relação direta entre os governos progressistas ou “de esquerda” e as práticas extrativistas. Mas sim, sugere uma acomodação histórica a partir da qual esses governos se tornaram “*impulsores de las políticas primario-exportadoras, erigidas como el nuevo motor de desarrollo de las sociedades latino-americanas*” (MACHADO ARÁOZ, 2013, p. 126).

Para Svampa (2016, 2019) essa nova etapa pode ser lida em termos de



continuidades ou rupturas no que tange ao período do neoliberalismo nos anos de 1990. As continuidades delimitam a permanência de um modelo que trata da concepção e estruturação das economias latino-americanas como aquelas provedoras de recursos naturais para as principais economias centrais e/ou industriais do capitalismo, isto é, as economias latino-americanas permaneceram a mercê da economia internacional. Nesse cenário, a exportação de matérias-primas e *commodities* permanece como principal padrão de organização das estruturas econômicas, sociais, territoriais e de poder (SVAMPA, 2019; SANTOS, 2018; MACHADO ARÁOZ, 2013).

Também, ressalta-se a continuidade das bases normativas sobre a visão de futuro. Isso significa uma aceitação comum, um *Consenso*, de que a posição ocupada pelos países latino-americanos frente ao comércio internacional é aquele determinado pela antiga divisão internacional do trabalho, como consequência direta das vantagens comparativas. Ainda que a retórica dos governos “de esquerda” seja em defesa da industrialização, unindo reivindicações no que tange à maior autonomia econômica e soberania nacional, “las exportaciones y las inversiones se han vuelto mucho más importantes, y dentro de ellas, los recursos naturales tienen un papel más destacado” (GUDYNAS, 2012, p. 131). Para Svampa (2016) e Machado Aráoz (2013), a ideia de se afirmar um novo *Consenso*, remete à existência de um suposto acordo acerca do caráter irrevogável e persistente da recente dinâmica extrativista em resposta à crescente demanda global por bens primários. Para a recente literatura crítica latino-americana, a retomada de uma agenda extrativista apenas garantiu a manutenção e reafirmação de um certo imaginário político-econômico, a partir do qual a Natureza permanece a mercê de supostas melhorias socioeconômicas:

En un plano general, la confirmación de América Latina como una economía adaptativa respecto de los diferentes ciclos de acumulación y, por ende, la aceptación del lugar que la región ocupa en la división global del trabajo constituyen uno de los núcleos duros que atraviesan sin solución de continuidad el Consenso de Washington y el Consenso de los Commodities, [...] En nombre de las ventajas comparativas o de la pura subordinación al orden geopolítico mundial, según los casos, los gobiernos progresistas, así como aquellos más conservadores, tienden a aceptar como destino el nuevo Consenso de los Commodities, que históricamente ha reservado a América Latina el rol de exportador de naturaleza (SVAMPA, 2013, p. 37).

A discussão sobre a dependência primário-exportadora não é nova no pensamento latino-americano, como procuramos mostrar na seção anterior. Ademais, as reflexões



sobre a problemática da dependência ganhariam novas dimensões, especialmente a partir dos anos 1970, em trabalhos como os de Celso Furtado (1974, 1978, 1984). Furtado avança na discussão da questão da dependência, salientando seus aspectos culturais e tecnológicos, bem como problematiza o próprio conceito de desenvolvimento e introduz pioneiramente no debate latino-americano a discussão sobre a dimensão ambiental do desenvolvimento. O autor chama a atenção para a necessária percepção dos impactos ecológicos do desenvolvimento econômico, ou seja, para as transformações irreversíveis no mundo físico como contrapartida da criação de valor econômico (FURTADO, 1974, 1998).

Dito isso, nosso intuito é colocar em destaque uma nova leitura da dependência histórica atrelada à condição primário-exportadora, hoje, sob as lentes da ecologia política do extrativismo. Isso significa que a tese do *Consenso de los Commodities* apresenta rupturas com o modelo neoliberal anterior, que conformou novas estruturas de dependência e dominação, assim como com o modelo de desenvolvimento do extrativismo clássico. Nas palavras de Machado Araújo (2015a, p. 25), o ciclo de governos ditos progressistas intensificou de tal maneira a matriz extrativista que foi necessário recorrer a novas dinâmicas “de represión y criminalización de los conflictos suscitados por ese modelo”. Segundo Svampa (2013, p. 32) e Gudynas (2013), esse modelo leva a uma política de apropriação destrutiva dos recursos naturais e à lógica de expropriação dos territórios. Nesse quesito, Gudynas destaca que os governos ditos progressistas podem ser classificados como um novo extrativismo já que “los sectores extractivistas matienen su importancia y son uno de los pilares de las estrategias de desarrollo”, e para além disso, ressalta que “se está generando un nuevo estilo de extractivismo” (GUDYNAS, 2009, p. 190 e 192). Ou seja, nota-se que, nesse cenário, parte importante da literatura crítica latino-americana considera que o resultado desse processo foi a consolidação de um modelo distinto de desenvolvimento extrativista que é interpretado a partir do conceito de neoextrativismo:

Nessa conjuntura econômica favorável – pelo menos até 2013 –, os governos latino-americanos tenderam a destacar as desvantagens comparativas do auge das commodities, negando ou minimizando as novas desigualdades e assimetrias socioambientais, que traziam consigo a consolidação de um modelo baseado na exportação de matérias-primas em larga escala. Nesse



sentido, todos os governos latino-americanos, independentemente da inclinação ideológica, possibilitaram o retorno com força de uma visão produtivista do desenvolvimento que, junto com a ilusão desenvolvimentista, levou à negação e à supressão das discussões de fundo sobre os impactos sociais, ambientais, territoriais e políticos do neoextrativismo, assim como à desvalorização das mobilizações e dos projetos socioambientais emergentes (SVAMPA, 2019, p. 36).

O paradigma neoextrativista tem sido, portanto, caracterizado pela combinação de algumas práticas tradicionais dos países latino-americanos, com elementos inovadores. Definido desse modo, o conceito do neoextrativismo pretende abranger mais do que as atividades econômicas relacionadas exclusivamente à mineração e ao petróleo. Consideram-se todas as atividades relacionadas à extração de recursos naturais que apresentem um elevado volume e/ou alta intensidade de extração e destinação orientada ao mercado exportador, englobando, assim, também novos produtos e paradigmas extrativos. O conceito do neoextrativismo deve, portanto, incluir desde atividades clássicas relacionadas à extração de hidrocarbonetos, metais e minerais e monoculturas agropecuárias intensivas, até a megamineração a céu aberto, a expansão da fronteira agrícola, petrolífera e energética e a construção de grandes represas hidrelétricas e outras obras de infraestrutura (ACOSTA, 2016b; GUDYNAS, 2013).

Entende-se que a atualização do extrativismo na virada para o século XXI permitiu sua interpretação como um estilo de desenvolvimento e como um modelo socioterritorial. Para Svampa (2019, p. 33), o neoextrativismo carrega uma visão político-ideológica orientada a partir da apropriação de recursos naturais e da expansão para novos territórios. Desse modo, deve ser caracterizada como um modelo de desenvolvimento baseado na exploração exacerbada dos recursos naturais, mas também na expansão das fronteiras de exploração para territórios antes considerados improdutivos do ponto de vista do capital.

Outro lado dessa questão aponta para uma nova fase de acumulação do capital, pela qual tem-se uma intensa pressão sobre recursos naturais e expansão sobre territórios, dando espaço “para novas disputas políticas, sociais e ecológicas, para resistências sociais impensáveis para o imaginário desenvolvimentista dominante” (SVAMPA, 2019, p. 27). Para Machado Araújo (2013), a atualização do regime extrativista passa a significar uma nova aceitação por parte “da esquerda” dos territórios de nosso subcontinente como provedores de bens primários e energéticos aos centros de desenvolvimento industrial.



Nessa perspectiva, muito distinto de uma promessa de superação do neoliberalismo, a ascensão dos governos progressistas representou uma etapa final de um processo de redefinição das hierarquias geopolíticas e geoeconômicas do capitalismo global, reforçando conflitos socioambientais que trazem à tona a iminência da crise ecológica.⁸

Para Svampa (2019), o cenário latino-americano recente mostra a consolidação de um modelo de apropriação da natureza e exploração humana que avança, principalmente, sobre áreas e populações tradicionais do campo e da floresta, dada uma lógica vertical, na contramão dos avanços no campo da democracia participativa e dos direitos humanos. Para ela, dada a atuação dos governos ditos progressistas, “estaríamos inaugurando um novo ciclo de criminalização e violação dos direitos humanos” (SVAMPA, 2019, p. 43). Em outras palavras, a atualização do extrativismo para o denominado neoextrativismo, acompanhou uma narrativa essencialmente produtivista que camuflava uma prática aberta de criminalização de resistências contrárias a suas megaproduções e empreendimentos.

Entende-se que o extrativismo não só desestruturou a frágil democracia da região, como também freou uma integração democrática das comunidades marginalizadas. Segundo Acosta (2016b), os governos progressistas consolidaram uma atuação política que contribuiu tanto para consolidar uma mentalidade rentista quanto para manter a corrupção. Isso significa que os planos de desenvolvimento local, fruto da participação popular, estariam em risco, pois o extrativismo teria supremacia sobre qualquer outra atividade: “isso despedaça os planos elaborados de maneira participativa” (ACOSTA, 2016b, p. 69).

Se não suficiente, percebe-se a ambiguidade do progressismo latino-americano quando destacada a presença de um Estado nacional cuja atuação é autoritária e violenta (ACOSTA, 2016b; GUDYNAS, 2013). Para esses autores, o autoritarismo e a violência não podem ser vistos como mais uma consequência para além do extrativismo, mas sim,

8 A respeito da degradação ambiental que acompanha o processo de expansão da civilização industrial, vale lembrar que Celso Furtado chamava a atenção para a ilusão de que a oferta de recursos naturais se manteria elástica infinitamente ou poderia vir a ser renovável devido aos novos processos tecnológicos. Para o autor, tais discussões fundamentavam a falsa consideração de que a “tecnologia por si só resolve todos os problemas que ela mesma cria”, permitindo que se “mantenha a atual escala de desperdício” (FURTADO, [1978] 2008, p. 157).



trata-se de uma condição necessária para impor projetos sem participação popular e local: “es una necesidad inevitable para imponer esas acciones” (GUDYNAS, 2013, p. 15). Nota-se que grandes empreendimentos extrativistas implicam riscos e impactos elevados, e que, por isso, dificilmente passariam pela aprovação das populações locais envolvidas. Para Acosta (2016b), o Estado nacional, não só abandona sua responsabilidade social, como também se torna defensor das atividades extrativistas que passam a ser levadas adiante a todo custo, muitas vezes, criminalizando protestos populares e locais contrários. Na visão desses autores, esse é um dos pontos centrais para se entender o processo de aceleração da dissolução da democracia ao longo dos chamados governos progressistas. Ao que tudo indica, as relações entre o Estado nacional e as grandes empresas extrativistas, ou sua participação direta ou indireta no caso de empresas total ou parcialmente estatais, são muito mais favoráveis entre si do que em relação ao Estado nacional e seu próprio povo. Afinal, como comenta Acosta (2016b, p. 74): “a violência aflora também do Estado”.

É possível dizer que o desenvolvimento orientado pela acumulação do capital, continua a ser expressado nas diferentes relações entre governos e grandes empresas, quase sempre, subjugando lutas e sonhos de populações que continuam marginalizadas. A atuação conjunta do Estado e dos empreendimentos extrativistas consideram invisíveis as comunidades locais, economias regionais e outras linguagens de valorização do território. Nota-se que é nas regiões marcadas historicamente pela marginalização socioeconômica que se consolidam os megaempreendimentos extrativistas em benefício do capital. Para Marchand Rojas (2016), o neoextrativismo instala uma dinâmica vertical que penetra nos territórios e deixa como rastro a desestruturação das economias regionais e locais, destruindo a biodiversidade, aprofundando o processo de grilagem de terras tradicionais e violando processos e decisões políticas oriundas de decisões autônomas e comunitárias. Isso ocorre, pois, como comenta Gudynas (2013, p. 15-6), os megaempreendimentos impõem uma apropriação dos recursos naturais com violência e rompimento de direitos. Isso se constitui como uma condição necessária para a realização dessas obras em territórios previamente ocupados sem o prévio consenso das comunidades envolvidas: *“la extrahección no es una consecuencia, sino que es una*



necesidad inevitable para imponer esas acciones, [...] el caso más agudo de apropiación de recursos naturales”. Logo, esse processo de desvalorização de territórios locais, comunitários ou tradicionais é a questão central pela qual ocorre a surgimento de inúmeros conflitos socioambientais:

Entendo por conflitos socioambientais aqueles ligados ao acesso e ao controle dos bens naturais e do território, que confrontam interesses e valores divergentes por parte dos agentes envolvidos, em um contexto de grande assimetria de poder. Tais conflitos expressam diferentes concepções do território, da natureza e do ambiente. Em certos casos, à medida que os inúmeros megaprojetos tendem a reconfigurar o território em sua globalidade, os conflitos acabam por estabelecer uma disputa acerca do que se entende por desenvolvimento e, de maneira mais ampla, reivindicam outras formas de democracia, ligadas à democracia participativa e direta (SVAMPA, 2019, p. 46).

Portanto, não é possível desconectar o papel do Estado e das grandes empresas na configuração, quase sempre assimétrica, que os conflitos socioambientais adquirem. Para Svampa (2019) e Gudynas (2012) é certo que a ascensão dos governos progressistas recuperou tanto as capacidades institucionais e de atuação do Estado nacional, assim como, construiu um novo ator politicamente e economicamente relevante no combate à pobreza. Porém, para isso, o retorno do Estado nacional a suas antigas funções redistributivas e sociais, agora, precisou situar-se “em estreita associação com os capitais privados multinacionais, cujo peso nas economias nacionais é cada vez maior” (SVAMPA, 2019, p. 144). Sugere-se a partir dessas considerações que, se os governos progressistas precisaram apoiar-se economicamente na manutenção de empreendimentos extrativistas, não se pode deixar de lado que o extrativismo assumiu protagonismo tão elevado nessas economias que acabou por violar os direitos humanos e os direitos da Natureza (GUDYNAS, 2013).

4. Algumas possíveis coordenadas para transições ao pós-extrativismo

Poderia se considerar que a enorme preponderância que o neoextrativismo adquiriu nos últimos anos em vários países latino-americanos foi responsável por fortes impactos estruturais, envolvendo perda de biodiversidade e conflitos socioambientais. Porém, para além disso, cabe precisar que o movimento de resistência ao extrativismo também se apresentou como fundamental para a construção de outros futuros possíveis,



em especial, pelas dinâmicas de lutas socioambientais ocorridas a partir dos anos 2000. Esse processo é apresentado e denominado como giro ecoterritorial (SVAMPA, 2019), ilustrado pela convergência de aspirações indígenas-comunitárias e narrativas autônomas, centradas na defesa dos direitos humanos sob a ótica global da ecologia e do feminismo. Segundo a autora, trata-se de uma linguagem comum de política e ação a partir da valorização da territorialidade e do processo de convergência local-global dessas lutas. Coincidentemente, não poderíamos deixar de destacar a proximidade com as questões levantadas também por Furtado (1978) sobre globalização, ecologia e feminismo, casos de conflitos emergentes que configuram uma rejeição das estruturas dominantes.

Podemos destacar que a proposta de análise do giro ecoterritorial aponta para um primeiro passo tanto para se defender resistências populares contrárias ao extrativismo quanto para se garantir liberdade de criar e imaginar outros modos de organização social. Cabe precisar que não se trata de voltar ao passado, mas de dotar o passado de conteúdo presente, para reconhecer que existem outras formas de organização social que podem contribuir para a transição ou superação do modelo extrativista (ACOSTA, 2016; SVAMPA, 2019). Como comenta Svampa (2016, 2019), o giro ecoterritorial não aponta um único caminho, mas é um conceito plural que surge de movimentos sociais, em união com outros saberes, inclusive, sem negar vantagens científicas e tecnológicas do mundo moderno e ocidental.

É justamente a partir da união dessas narrativas autônomas que diversos autores e autoras, como Acosta (2016a, 2016b), Gudynas (2009; 2012) e Svampa (2016; 2019), apresentam alternativas que pensam e repensam a defesa da terra e do território com novos imaginários em torno tanto do que seriam alternativas à ideia de desenvolvimento, quanto de superação da trajetória histórica do extrativismo e suas consequências latentes. Nesse cenário, se instalam novas linguagens e temas, em especial, novas subjetividades que vêm dando lugar a um diálogo saudável entre saberes populares e saberes científicos, responsáveis por diagnósticos comuns que ultrapassam a problemática local ou nacional, situando-se em continuidade com um novo internacionalismo (SVAMPA, 2019, p. 145), responsável por articular redes para defesa do meio ambiente e das culturas tradicionais. Logo, não poderíamos almejar pontuar as propostas de transições ao pós-extrativismo e,



por isso, o que podemos fazer é nos aproximar de sua essência teórica e ações práticas. Para isso, nossos olhares estão direcionados para as orientações e discussões que visam construir democracias com participação popular, ação coletiva e auto-organização comunitária, orientadas por racionalidades e perspectivas mais harmônicas entre sociedade e natureza (FURTADO, 1978, 1998; ACOSTA, 2016a, 2016b; GUDYNAS, 2016).

Em relação ao plano político, a visão de Furtado (1978; 1984) já apontava para outras organizações sociais com alta participação política e novos tipos de associação “entre membros de uma sociedade e a institucionalização das relações entre os indivíduos [...] certamente inseparável de um sistema de valores” (FURTADO, [1978] 2008, p. 118). Destaca-se, novamente, a preocupação do autor com a existência da atividade política, principalmente, pelo pluralismo institucional entendido como um mecanismo que possibilite a manifestação coletiva de diferentes grupos com seus diferentes anseios. Nesse sentido, percebe-se que a defesa do pluralismo político se apresenta contrária às grandes ideologias, como são o nacionalismo, a civilização industrial e o progresso, que apenas reforçam as estruturas de poder e operam em benefício de grupos hegemônicos. Frente a isso, sugere-se como um dos mecanismos essenciais para a dissolução de estruturas concentradoras de poder, modelos de tomada de decisão mais descentralizados que respeitem “a geração de formas de vontade coletiva na periferia” (FURTADO, [1978] 2008, p. 120).

Destaca-se que a articulação entre grandes empresas, Estados nacionais e grupos privilegiados ocorre no sentido da manutenção de uma estrutura posta a serviço da acumulação. Furtado (1978) sublinha as dificuldades derivadas desse mecanismo para a inserção das forças sociais nas correntes que dominam tradicionalmente a vida política e institucional. Propõe, então, uma apreensão global da questão:

Neste contexto, [...] liberdade para que? Quanto mais avança na acumulação, mais o sistema necessita de criatividade e mais a liberdade se subordina à lógica da acumulação, a qual exclui toda possibilidade de visão global. Não sendo possível entender o sistema globalmente, tampouco será possível alcançar uma efetiva consciência crítica, que corresponde ao exercício pleno de liberdade (FURTADO, [1978] 2008, p. 208).

Logo, uma proposta de organização social mais democrática ocorreria a partir de



novos desdobramentos da maneira de estruturação do Estado nacional em um caráter muito mais coletivo e, provavelmente, popular e descentralizado (FURTADO, 1998). Para se entender os novos caminhos propostos para a superação do subdesenvolvimento, é preciso salientar a importância dada pelo autor à participação organizada da população no controle dos centros de poder: “a democratização do poder” (FURTADO, 1998, p. 22). Sob outra ótica e colocando ainda mais em xeque a participação do Estado nacional, temos discussões recentes que apontam para uma mesma democratização das decisões: “Para o direito dos povos de dizer ‘não’ a projetos que afetem seriamente as condições de vida dos setores mais vulneráveis e comprometam o futuro das novas gerações” (SVAMPA, 2019, p. 81).

É claro que as possibilidades de auto-organização e planejamento local são efêmeras diante de um cenário global que está em constante modificação e diversificação, porém, acredita-se na capacidade de organização da massa da população, especialmente, na valorização das atividades criativas humanas em união com o desejo de se avançar na construção de um grande país mais igualitário: “o verdadeiro desenvolvimento dá-se nos homens e nas mulheres e tem importante dimensão política” (FURTADO, 1992, p. 75). Ao que tudo indica, essa dimensão só ganha um verdadeiro significado de transformação se ocorrer um reencontro entre as lideranças políticas e a vontade coletiva da população, representação máxima dos desejos e aspirações culturais dos povos (FURTADO, 2002). Logo, para alcançarmos uma sustentabilidade ecológica e uma solidariedade econômica, há que ocorrer uma transformação científico-tecnológica e uma emancipação cultural. Nota-se que essas propostas têm como cerne promover a ruptura da lógica economicista, presa ao crescimento econômico ilimitado em função da acumulação de capital, heterogeneidade social e dependência cultural (ACOSTA, 2009; FURTADO, 1974, 1984).

Deve-se ressaltar que as discussões alinhadas às propostas de giro ecoterritorial e participação popular vão muito além de esforços de abstração da realidade. Pelo contrário, são oriundas de reflexões e de ações construídas a partir da apreensão e atenção para com a realidade pela qual os movimentos populares vão dotando de sentido suas lutas e sonhos em defesa de outros modelos organizacionais. Caminhando na contramão, as transições



para economias pós-extrativistas se enraízam na consolidação de uma identidade cultural preocupada com dimensões locais-comunitárias e que assegurem relações cada vez mais harmoniosas entre seres humanos e não humanos. Como comenta Acosta (2016a), trata-se de uma visão centrada na autossuficiência da vida e na autogestão dos seres humanos vivendo em comunidade e harmonia com a Natureza. Em poucas palavras, uma nova economia deve permitir a satisfação e a autorrealização das comunidades locais, promovendo a abertura do caminho à homogeneização social, entendida a partir da reversão das disparidades sociais e superação do mimetismo cultural (ACOSTA, 2009, 2016a; FURTADO, 1984, 1998).

Baseado nas visões de Acosta (2016a), Gudynas (2016) e Svampa (2016; 2019), pensar outro desenvolvimento também perpassa a necessidade de defender a Natureza. Nesse aspecto, a defesa dos territórios e a luta contra o extrativismo são formas de garantir alternativas para outro modelo de organização social preocupado com todas as formas de vida. Apenas unindo justiça social e a ressignificação das relações humanas com a Natureza, especialmente, mantendo fora do mercado recursos naturais que por suas características intrínsecas “possuem um valor que transcende qualquer preço” (SVAMPA, 2019, p. 149), seria possível ver os seres humanos, não como à parte, mas como parte integral do meio físico. Segundo essas reflexões que pautam o extrativismo histórico e o neoextrativismo recente, defender a Natureza é também uma forma de enfatizar a ausência de participação popular, o racismo ambiental e os custos ambientais dos megaprojetos para comunidades locais, assim como, a dívida ecológica que a civilização industrial tem para com o Sul global (MARTINEZ ALIER, 2013). O caminho de confrontação está aberto quando se percebe que as maiores parcelas de recursos não renováveis estão localizadas em áreas periféricas. Podemos destacar que para Furtado ([1978] 2008, p. 160): “a luta contra a dependência começa em geral pela reivindicação do controle das próprias fontes de recursos não renováveis”. Essa linha de pensamento aparece algumas vezes ao longo de sua obra, especialmente, quando comenta a possibilidade de uma “dependência reversa” por recursos naturais. Segundo o autor, o crescimento econômico ilimitado, ao não respeitar os limites físicos, comporia uma nova frente de dependência externa, nesse caso, por recursos naturais. Assim, a periferia teria



uma nova possibilidade de resistência à reordenação internacional (FURTADO, 1978; 1998).

Na realidade, considerando o cenário recente e a amplitude do giro ecoterritorial, poderíamos nos aproximar de bases de uma linguagem comum em defesa do discurso ecologista. Em outros termos, as resistências propostas frente aos conflitos socioambientais, sempre, estão atreladas tanto à defesa do território, como também das representações da Natureza. Segundo Svampa (2019, p. 56), o território aparece como um espaço de resistência e, assim, um lugar de ressignificação e criação de relações sociais e relações ecológicas. Disputar territorialidades, para a autora, ganha maior peso e relevância no cenário atual, isso porque a própria lógica da acumulação de capital está sendo direcionando para “espaços considerados estratégicos devido à presença de recursos naturais”, principalmente, água, minerais de alto valor internacional, petróleo e terras agricultáveis. Daí a importância de pautar o extrativismo como uma tensão de territorialidades; trata-se abrir caminhos para novas disputas políticas, sociais e ecológicas para resistências e “novas brechas de ação coletiva que questionam a ilusão desenvolvimentista” (SVAMPA, 2019, p. 27) que, em sua essência, consolida uma tendência à monocultura. Essa, entendida como monocultura cultural, ecológica ou econômica. Em outras palavras:

A economia extrativa deteriora grave e irreversivelmente o meio ambiente. O estudo da atividade mineradora ou petrolífera ao redor do planeta evidencia inúmeros danos e destruições múltiplas e irreversíveis à Natureza. [...] Além disso, são incontáveis as tragédias humanas e a destruição de potencialidades culturais dos povos. No âmbito econômico, a situação não é melhor. Os países cujas exportações dependem fundamentalmente de recursos minerais ou petrolíferos são economicamente atrasados, e seus problemas ambientais crescem no ritmo em que se expande o extrativismo (ACOSTA, 2016b, p. 62).

Provavelmente, com organização social, poderia ser aberto um caminho de se instalar “uma nova lógica dos fins no processo de acumulação” (FURTADO, [1978] 2008, p. 161). Nesse sentido, são inúmeras as possibilidades de romper com a simples transmissão de valores culturais gerados no exterior e importados por países da periferia. Dialogando com a questão dos recursos naturais, Furtado (1978, 1998) tece comentários sobre os movimentos populares e sociais que procuram questionar e barrar a degradação ecológica. Segundo o autor, é tardia a percepção de que a lógica do modelo de



desenvolvimento acarreta uma péssima administração dos recursos naturais não renováveis, já que está subordinada a interesses privados vinculados à intenção maior de acumulação e consumo. Furtado ([1978] 2008, p. 222) nota que a consciência desse problema ocorreu pela percepção do “implacável empobrecimento da vida em um de seus aspectos mais fundamentais, que é o das relações do homem com a natureza”. Essa ideia aparece claramente quando Furtado (1998, p. 66) sustenta que os objetivos estratégicos de um novo modelo de desenvolvimento para o século XXI sejam “preservar o patrimônio natural” e “liberar a criatividade da lógica dos meios [...] a fim de que ela possa servir ao pleno desenvolvimento dos seres humanos concebidos como um fim, portadores de valores inalienáveis”. O autor demonstra grande preocupação com o modelo de desenvolvimento depredatório, cuja resultante última não poderá ser outra senão o declínio e colapso de nossa civilização. Entendemos que a mensagem de Furtado, ainda que dispersa em sua obra, é muito clara:

O desafio que se coloca no umbral do século XXI é nada menos do que mudar o curso da civilização, deslocar o seu eixo da lógica dos meios a serviço da acumulação num curto horizonte de tempo para uma lógica dos fins em função do bem-estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre os povos. Devemos nos empenhar para que essa seja a tarefa maior dentre as que preocuparão os homens no correr do próximo século: estabelecer novas prioridades para a ação política em função de uma nova concepção do desenvolvimento, posto ao alcance de todos os povos e capaz de preservar o equilíbrio ecológico (FURTADO, 1998, p. 64).

Logo, a fim de se escapar da tragédia ecológica, deve-se apontar como caminho para a sobrevivência a cooperação e a valorização criativa a partir de outras racionalidades. Furtado (1998) destaca o abandono das ilusões e dos mitos construídos pela modernidade. Essa ideia foi central para afirmar um processo global de desenvolvimento com considerável custo ecológico, uma ameaça à sobrevivência humana (FURTADO, 2002). O principal objetivo para a construção de uma sociedade mais harmônica e sustentável é escapar da obsessão da reprodução dos padrões de consumo das minorias privilegiadas, abrindo espaço para se satisfazer as necessidades fundamentais do conjunto da população. Em outras palavras, o caminho é deixar de seguir os que se autointitulam desenvolvidos: “somente a confiança em nós mesmos poderá nos restituir a esperança de chegar a bom porto” (FURTADO, 1992, p. 79). Demonstrando ser sua utopia a construção de novas realidades a partir da fuga do mimetismo cultural e



pela defesa da criatividade do povo das periferias, o autor também aponta para oportunidades de novas relações entre sociedade e natureza. Acredita-se na urgência de um reposicionamento da economia frente à natureza, isto é, rejeitar a concepção de dominação do ser humano com relação aos ecossistemas, buscando um envolvimento que vai além da sustentabilidade em busca da regeneração. Para Svampa (2019), os cenários das lutas contrárias aos empreendimentos extrativistas expressam uma disputa conceitual, ideológica e prática em torno do que se entende por desenvolvimento sustentável e, mais além, do que se entende por democracia e direitos. Para a maioria, trata-se da incorporação de outros saberes e diferentes cosmovisões que vivem a partir de uma Natureza que é viva, é sujeito e, portanto, também possui direitos.

Como salientam as discussões feitas por Gudynas (2016; 2009) e por Acosta (2016b), as inúmeras situações de conflitos sociais e ecológicos oriundas da orientação extrativista são suficientes para se afirmar que sua manutenção impede as alternativas ou transições. “As alternativas devem também promover um pós-extrativismo” (GUDYNAS, 2016, p. 176); daí, para além de sair do extrativismo, são discutidas transições ao pós-extrativismo. Para pensar em transições, o debate latino-americano distingue três extrativismos. Primeiro, o “predatório” ou “depredador”, que corresponde ao nosso momento atual, caracterizado pelos grandes empreendimentos de extração de minerais e hidrocarbonetos, pelo predomínio de monoculturas intensivas e das grandes obras de infraestrutura. Segundo, a versão “sensata”, entendida como aquela em que normas sociais e ecológicas são respeitadas e isso permite a redução da dependência das atividades extrativistas, inclusive, abrindo espaço para novas margens de ação estatal e organização popular-local. Em seguida, tem-se a construção de um “extrativismo indispensável”, a partir do qual os critérios de existência de um empreendimento são respaldados em negociações sociais, pelas quais só permanecerão ativos os empreendimentos genuinamente necessários. Segundo Gudynas (2013; 2016), as transições pós-extrativistas não significam uma proibição total de todas as modalidades de extrativismo, mas sim, um redimensionamento substancial dessa atividade a partir de rigorosos critérios sociais, ecológicos e territoriais.

Entende-se aqui que as transições são um conjunto de medidas, ações e passos que



permitem uma movimentação no sentido de se construir alternativas ao desenvolvimento. Segundo Gudynas (2016, p. 189), as transições ao pós-extrativismo precisam atender às condições essenciais de “erradicar a pobreza e impedir novas perdas de biodiversidade”. Para ele, isso significa uma reorganização dos processos de produção e consumo visando, por um lado, limites ambientais e, por outro, qualidade de vida para a massa da população e, posto isso, deve-se combater “o uso exagerado e o desperdício dos recursos naturais”. É claro que essas questões desembocam em inúmeros questionamentos e reflexões e, como salvaguarda, nota-se que não existe uma ideia acabada ou precisa dessa alternativa. Pelo contrário, o pós-extrativismo se coloca como caminho de transição a ser investigado, principalmente, estabelecendo-se limites de apropriação dos recursos naturais, indispensáveis para assegurar a conservação e a integridade da biodiversidade (GUDYNAS, 2013, 2016).

5. Considerações finais

Este artigo procurou contribuir para a compreensão da evolução das economias latino-americanas do ponto de vista da crítica de sua inserção na economia internacional como exportadoras de matérias-primas, condição que marca a região de formas variadas ao longo de sua história, e que foi revigorada no início do século XXI com a expansão da demanda internacional por *commodities*.

As implicações da inserção subordinada das economias latino-americanas na divisão internacional do trabalho foram pioneiramente estudadas pela CEPAL, que preconizou a industrialização como o caminho para a superação do subdesenvolvimento, para o acesso aos benefícios do progresso técnico e para a elevação da produtividade do trabalho e das condições de vida do conjunto da população. Como já amplamente estudado, o processo de industrialização periférica no século XX não teria sido capaz de promover uma transformação na inserção internacional dessas economias, que enfrentam sucessivas crises após o esgotamento do processo de substituição de importações e do período desenvolvimentista.

No início do século XXI, a ascensão de governos progressistas e a expansão da



demanda internacional por produtos primários abriria novas oportunidades à América Latina para o aproveitamento de vantagens comparativas, revigorando práticas extrativistas e expectativas de novo ciclo de “desenvolvimento”. Para além das melhorias materiais para a massa da população, a participação ativa do Estado na promoção de megaempreendimentos extrativistas resultou na multiplicação de notórios conflitos socioambientais e disputas acerca do entendimento de desenvolvimento e meio ambiente.

Procuramos neste trabalho destacar as críticas de autores latino-americanos às práticas extrativistas e seus impactos deletérios sobre a natureza e as populações locais, além de destacar os caminhos apontados para o estabelecimento de relações mais harmônicas entre sociedade e natureza. Recuperamos também algumas elaborações de Celso Furtado sobre os impasses do modelo de desenvolvimento econômico em curso e a necessidade de um novo modelo que priorize a satisfação das necessidades humanas básicas e preserve o patrimônio natural. Consideramos que um frutuoso diálogo pode ser estabelecido entre as diferentes visões críticas do processo de desenvolvimento, entre as quais as contribuições de autores latino-americanos ocupam posição de destaque, como procuramos mostrar, de modo ainda preliminar, neste trabalho. Da mesma forma, o aprofundamento do estudo das experiências concretas de resistência na América Latina à subordinação das populações e territórios aos interesses do capital pode ser de grande valia para a construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento em curso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, Alberto. *La maldición de la abundancia*. Quito: CEP, Swissaid & Abya Ayla, 2009.
- ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Elefante, 2016a.
- ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER, G. et al. *Descolonizar o imaginário*. São Paulo: Elefante, 2016b.
- ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. *Pós-extrativismo e decrescimento*. Saídas para o labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018.
- BIANCONI, Renata. Estagnação latino-americana e estratégia brasileira de desenvolvimento: análises do início do exílio de Celso Furtado. *História Econômica & História de Empresas*, v. 19, n. 1, 2016.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro, 1930-1964: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1988.
- CEPAL. *Anuário Estadístico de América Latina y el Caribe*. Santiago: CEPAL, 2015.



DILGER, Gerhard; PEREIRA FILHO, Jorge. Apresentação à edição brasileira. Ousar pensar “fora da caixa”. In: DILGER, G. et al. *Descolonizar o imaginário*. São Paulo: Elefante, 2016.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. *Prefácio a Nova Economia Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1992.

FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, Celso. *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FURTADO, Celso. (1969). *A economia latino-americana*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Celso. (1957). O desenvolvimento recente da economia venezuelana. In: *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto/CICEF, 2008.

FURTADO, Celso. (1978). *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FURTADO, Celso. *Economia do desenvolvimento: curso ministrado na PUC-SP em 1975*. Rio de Janeiro: Contraponto/CICEF, 2008.

GLIGO, Nicolo; MORELLO, Jorge. Notas sobre la historia ecológica de América Latina. In: SUNKEL, O.; GLIGO, N. (orgs.). *Estilos de desarrollo y medio ambiente en la América Latina*. México: FCE, 1980.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: *Extractivismo, política y sociedad*. Quito: Centro Andino de Acción Popular (CAAP): Centro Latino Americano de Ecología Social (CLAES), 2009.

GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevos extractivismos: las ambivalencias del progresismo sudamericano. *Nueva Sociedad*, n. 237, enero-febrero, 2012.

GUDYNAS, Eduardo. Extracciones, extractivismos y extrahecciones. Un marco conceptual sobre la apropiación de recursos naturales. *Observatorio del Desarrollo*, n. 13, 2013.

GUDYNAS, Eduardo. Transições ao pós-extrativismo. Sentidos, opções e âmbitos. In: DILGER G. et al. *Descolonizar o Imaginário*. São Paulo: Elefante, 2016.

MACHADO ARÁOZ, Horacio. Crisis ecológica, conflictos socioambientales y orden neocolonial: las paradojas de Nuestra América en las fronteras del extractivismo. *REBELA*, v. 3, n. 1, outubro, 2013.

MACHADO ARÁOZ, Horacio. Conflictos socioambientales y disputas civilizatorias en América Latina: entre el desarrollismo extractivista y el Buen Vivir. *Crítica y Resistencias*, n. 1, 2015a.

MACHADO ARÁOZ, Horacio. Ecología política de los regímenes extractivistas. De reconfiguraciones imperiales y re-ex-sistencias decoloniales en nuestra América. *Bajo el Volcán*, v. 15, n. 23, 2015b.

MERCHAND ROJAS, Marco Antonio. Neoextractivismo y conflictos ambientales en América Latina. *Espiral, Estudios sobre Estado y Sociedad*, v. 23, n. 66, mayo-agosto, 2016.

MORENA, Camila. *O Brasil made in China: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.



PREBISCH, Raúl. (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: GURRIERI, A. (Org.). *O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

PREBISCH, Raúl. *Capitalismo periférico: crisis y transformación*. México: FCE, 1981.

RODRIGUEZ, Octavio. *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Ed Forense-Universitária, 1981.

RODRIGUEZ, Octavio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. *Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)*. São Paulo: Elefante, 2018.

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. México: Siglo Veintiuno, 1970.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina. *Nueva Sociedad*, n. 244, marzo-abril, 2013.

SVAMPA, Maristella. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER G. et al. *Descolonizar o Imaginário*. São Paulo: Elefante, 2016.

SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina*. Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Editora Elefante, 2019.